

## OS DESAFIOS DOS GESTORES AO ORIENTAR OS PROFESSORES NOS PROCESSOS AVALIATIVOS DA EDUCAÇÃO INFANTIL

### CHALLENGES THAT THE EDUCATIONAL ADMINISTRATION FACE WHEN GUIDING TEACHERS IN CHILD EDUCATION ASSESSMENT

Franciele Waschinevski Marcello<sup>1</sup>

Zélia Medeiros Silveira<sup>2</sup>

**RESUMO:** O presente artigo é o resultado de uma pesquisa que buscou analisar os desafios dos gestores ao orientar sobre o processo avaliativo em instituições pública e privada da Educação Infantil. Como procedimento metodológico, a investigação utilizou-se da pesquisa de campo de caráter qualitativo e descritivo, em que foram entrevistadas duas gestoras de redes pública e privada, localizadas no município de Criciúma – SC. Os resultados da pesquisa revelaram que os principais desafios das gestoras na orientação ao processo avaliativo na Educação Infantil referem-se à orientação constante dos procedimentos avaliativos para as professoras novas, devido à rotatividade, como também às dificuldades na orientação da escrita do registro avaliativo. Dentre esses, um dos maiores desafios consiste no modo de registrar as fragilidades da criança no parecer descritivo. Neste sentido, entende-se que o gestor, ao assumir a responsabilidade de sua função, deve adotar postura ética, essencial ao funcionamento da instituição, principalmente nas orientações pedagógica às professoras, pois a atuação docente revela a qualidade da educação da instituição e materializa o seu Projeto Político Pedagógico.

**Palavras-chave:** Avaliação. Gestão. Educação Infantil.

**ABSTRACT:** This article is the result of a research that sought to analyze the challenges of educational administrators when guiding the evaluation process in public and private institutions of early childhood education. As a methodological procedure, the research used the qualitative and descriptive field research, which interviewed two administrators of public and private networks, located in the city of Criciúma - SC. The results of the research revealed that the main challenges of the administrators in guiding the evaluation process in early childhood education refer to the constant orientation of the evaluation procedures for new teachers, due to the rotation, as well as the difficulties in guiding the writing of the

---

<sup>1</sup> Graduada em Pedagogia pela Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: franciele.marcello@hotmail.com.

<sup>2</sup> Graduada em Pedagogia, Mestre em Educação, Doutoranda em Educação pela Universidade Extremo Sul Catarinense – UNESC. E-mail: zms@unesc.net

evaluation record. Among these, one of the biggest challenges is how to record the child's weaknesses in the descriptive opinion. In this sense, it is understood that when administrators assume responsibility for their role, they must adopt an ethical posture, which is essential to the institution's functioning, especially in the pedagogical orientations of the teachers, because the teaching performance reveals the quality of the institution's education and materializes its Pedagogic Political Project.

**Keywords:** Evaluation, Management, Childhood Education.

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho discute sobre os desafios que os gestores encontram em orientar os professores nos processos avaliativos na instituição pública e privada da Educação Infantil. Então, procura investigar duas realidades diferentes na área da educação, identificando suas particularidades.

O interesse por este estudo foi decorrente das experiências da pesquisadora no estágio não-obrigatório, disponibilizado pela Universidade Extremo Sul Catarinense – UNESC, em uma instituição particular de Educação Infantil, no município de Criciúma - SC.

No decorrer do estágio, foram vivenciados diferentes momentos de aprendizagens significativas desenvolvidas na instituição, proporcionando novos conhecimentos. Entre esses momentos, destacou-se a formação continuada possibilitada pela escola e seu gestor. Os encontros tinham como objetivo oferecer momentos de troca de conhecimento, ampliação das práticas pedagógicas, melhoria das condições de aprendizagem das crianças, entre outros.

Ressalta-se a importância que o gestor, os professores e os auxiliares de classe tinham nesses momentos, pois todos discutiam situações que aconteciam no dia a dia das aulas. Nessa oportunidade, o gestor orientava os professores e os auxiliares, a partir das situações trazidas nas conversas, a realizarem uma prática voltada à aprendizagem significativa das crianças.

Além disso, a formação continuada apontava a relevância da avaliação na Educação Infantil. Nesses espaços foi possível analisar que o gestor tomava conhecimento dos processos avaliativos realizados pelos professores em sala de aula, orientando-os sobre a importância e os procedimentos adequados para avaliar a criança. Considerando esse contexto, elaborou-se o seguinte problema de pesquisa: “quais os desafios encontrados pelo Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

gestor em orientar os professores nos processos avaliativos da Educação Infantil em instituições pública e privada?”.

Para responder a essa indagação, estabeleceu-se como objetivo geral: “analisar os desafios que o gestor encontra em orientar os professores nos processos avaliativos da Educação Infantil em instituição pública e privada”. E, como específicos: a) analisar a importância da avaliação na Educação Infantil; b) analisar os desafios encontrados pelo gestor; c) identificar os principais procedimentos e instrumentos avaliativos; e d) verificar como o gestor acompanha e orienta os professores no processo de avaliação das crianças.

Como procedimento metodológico, optou-se pela pesquisa de campo, de caráter qualitativo e descritivo, em que foram entrevistados 01 gestor de uma instituição pública e 01 gestor de instituição privada. A entrevista foi do tipo semiestruturada e foi examinado o Projeto Político Pedagógico de cada instituição, para identificar a concepção de avaliação propostas nos documentos.

Espera-se que o trabalho possa contribuir para estudos, debates, reflexões e melhoria no processo avaliativo nas instituições de Educação Infantil, bem como sobre o trabalho do gestor na condução dos processos pedagógicos.

## **2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO INFANTIL COMO INSTITUIÇÃO DE APRENDIZAGEM**

Os estudos realizados sobre a trajetória histórica da educação infantil revelam muitas lutas em busca de seus direitos. Segundo Medeiros e Rodrigues (2014), no período da Revolução Industrial, ocorreu uma grande exclusão das classes sociais, envolvendo as populações nobres e pobres, pois a população menos favorecida era “deixada de lado”, sendo considerada, naquela época, como “a esquecida”. Do mesmo modo, na Educação Infantil, pois o Estado não tinha um olhar pedagógico para as crianças pequenas e o objetivo das instituições era assistencial e caridoso.

No decorrer da Revolução Industrial, as instituições de Educação Infantil eram fundadas e mantidas apenas para cobrir as necessidades da figura materna, pois, naquela época, as mulheres eram designadas ao mercado de trabalho e contavam com essas Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

instituições para deixarem seus filhos. Outro motivo da implantação desses locais acolhedores era diminuir o abandono das pequenas crianças pobres (MEDEIROS; RODRIGUES, 2014).

Em meados do século XIX, a preocupação com o bem-estar das crianças ficou evidente, pois o nível de mortalidade infantil aumentou consideravelmente. Com isso, podemos dizer que:

Fatores como o alto índice de mortalidade infantil, a desnutrição generalizada e o número significativo de acidentes domésticos, fizeram com que alguns setores da sociedade, dentre eles os religiosos, os empresários e educadores, comesçassem a pensar num espaço de cuidados da criança fora do âmbito escolar (PASCHOAL; MACHADO, 2009, p.82).

É importante destacar que as instituições de educação infantil, nesse período, não possuíam um projeto pedagógico, mantendo apenas um olhar assistencialista e cuidador sobre as crianças. Durante os anos, foi-se modificando esse olhar, e, por volta dos anos 70, a preocupação com a criança se tornou mais evidente, uma vez que a sociedade já a considerava como um ser em desenvolvimento.

Isto posto, um fato significativo para a compreensão dos direitos da criança foi aprovado: a Constituição Federal de 1988. A partir desse documento, a criança passou a ser vista como uma responsabilidade da família, do Estado e da sociedade. No artigo 227 se afirma:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e o adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à consciência familiar e comunitária [...] (BRASIL,1988).

Portanto, é dever do Estado garantir os direitos da criança como ser social e, para tanto, foi criado o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), fundado em 13 de julho de 1990 pela Lei n. 8.069. Essa lei assegura que a criança e o adolescente devem ser protegidos de forma integral na sociedade. De acordo com o Art. 3:

A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de

lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade (BRASIL, 1990).

Assim, podemos analisar que, com o passar dos tempos, foi-se construindo socialmente a concepção singular da criança e da infância, incluindo as instituições da Educação Infantil. Atualmente, a criança tem direitos e deveres como cidadã e as instituições têm a responsabilidade pelo seu desenvolvimento integral, construindo aprendizagens significativas.

É importante lembrar que a criança é um ser singular, ou seja, cada uma tem seu jeito, seus gostos e suas particularidades. De acordo com a Proposta Curricular de Criciúma (2016), as crianças têm diferentes habilidades ao ver e ao compreender o mundo à sua volta. Então, não existe um modelo único de criança, mas, sim, crianças com diferentes identidades, capazes de desenvolver suas habilidades.

Em vista disso, podemos mencionar que cada criança se desenvolve e aprende de modo diferente, isto é, cada uma tem o seu tempo de desenvolvimento e de aprendizado. Por isso, o educador deve respeitar seus tempos e mediar a sua aprendizagem. De acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil de Criciúma:

Para educar, faz-se necessário que o profissional crie situações significativas de aprendizagem, com objetivo de desenvolvimento das habilidades cognitivas, psicomotoras e socioafetivas, sobretudo, que a formação da criança seja vista como um ato inacabado, sempre sujeito a novas inserções, a novos recuos, a novas tentativas (CRICIÚMA, 2016, p. 65).

Sendo assim, pensar no futuro das crianças é respeitar seu processo temporal e de aprendizagem, proporcionando momentos que irão contribuir para a sua formação. É fundamental considerar as relações existentes entre esses processos.

## 2.1 A AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL

No decorrer dos anos, a Educação Infantil foi concebida como direito das crianças já nos primeiros anos de vida. Consequentemente, foi percebida a importância da Educação Infantil no desenvolvimento das crianças pequenas e a qualidade educacional que todas

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

devem receber ao frequentar as instituições. Medeiros e Rodrigues (2014) consideram a Constituição Federal de 1988 como:

[...] um marco histórico, tendo em vista que com este documento não apenas determinou que a educação infantil é parte do sistema educacional, como também estabeleceu o dever legal do estado de garantir o direito fundamental a todas as crianças de 0 a 5 anos de idade, bem como definiu o direito à educação como um direito fundamental garantidor da dignidade da pessoa humana, sendo este um dos fundamentos da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

Com o passar do tempo, surgiu, em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, doravante LDB, 9394/96. Essa lei foi estabelecida para garantir que todos tivessem acesso à educação escolar gratuita com qualidade de ensino. Sobre a educação infantil, a LDB 9394/96, no artigo 29, coloca que:

A educação infantil primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança até cinco anos de idade, em seus aspectos físicos, psicológicos intelectual e social, completando a ação da família e comunidade.

Além disso, a referida lei, no artigo 30, determina que a Educação Infantil deve ser ofertada em creches para crianças de até três anos e a pré-escola para criança de quatro a cinco anos de idade. Dessa forma, a Educação Infantil tem como papel oportunizar momentos em que a criança seja capaz de aprender e se desenvolver. E, para acompanhar o desenvolvimento da criança, os professores têm o compromisso, segundo a LDB 9394/96, no art. 31, inciso I, de registrar o seu desenvolvimento. Esse registro é um instrumento avaliativo em que o professor relata, de maneira descritiva, os objetivos alcançados pela criança e aqueles que ainda estão em desenvolvimento.

Sobre os processos avaliativos utilizados pelos professores da Educação Infantil, por sua vez, os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação Infantil, doravante PCN da Educação Infantil, de 1998, apontam:

A observação e o registro se constituem nos principais instrumentos de que o professor dispõe para apoiar sua prática. Por meio deles o professor pode registrar, contextualmente, os processos de aprendizagem das crianças; a qualidade das interações estabelecidas com outras crianças, funcionários e com o professor e

acompanhar os processos de desenvolvimento obtendo informações sobre as experiências das crianças na instituição. Esta observação e seu registro fornecem aos professores uma visão integral das crianças ao mesmo tempo que revelam suas particularidades (BRASIL, 1998, p.58).

Já, as Diretrizes da Educação Infantil, de 2010, apresentam os procedimentos para que as escolas consigam elaborar, avaliar e atualizar seus processos pedagógicos. No item 12, menciona que:

As instituições de Educação Infantil devem criar procedimentos para acompanhamento do trabalho pedagógico e para avaliação do desenvolvimento das crianças, sem objetivo de seleção, promoção ou classificação, garantindo:

A observação crítica e criativa das atividades, das brincadeiras e interações das crianças no cotidiano;

Utilização de múltiplos registros realizados por adultos e crianças (relatórios, fotografias, desenhos, álbuns etc.);

A continuidade dos processos de aprendizagens por meio da criação de estratégias adequadas aos diferentes momentos de transição vividos pela criança (transição casa/instituição de Educação Infantil, transições no interior da instituição, transição creche/pré-escola e transição pré-escola/Ensino Fundamental);

Documentação específica que permita às famílias conhecer o trabalho da instituição junto às crianças e os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança na Educação Infantil;

A não retenção das crianças na Educação Infantil (BRASIL, 2010, p.29).

Observa-se que os documentos regulatórios da Educação Infantil orientam que as instituições desenvolvam integralmente as crianças nos aspectos físico, psicológico e afetivo. Nesses aspectos, o cuidar deve estar articulado ao educar, visto que os dois são fundamentais na aprendizagem e no desenvolvimento da criança.

Portanto, na Educação Infantil, os professores devem utilizar-se da observação diariamente e do registro, os quais devem compor os documentos entregues aos pais na forma de parecer descritivo ou portfólio. Desse modo, a avaliação deve ocorrer continuamente, de maneira investigativa e mediadora.

Contudo, a avaliação que estamos habituados a encontrar no meio escolar são exames e notas atribuídas ao desempenho do aluno. Segundo Luckesi (2014, p.2), na Educação Infantil, a forma de avaliar a criança é diferente, pois não existem os “exames” ou

“notas” para que a criança aprove ou reprove, mas outros meios para os professores acompanharem a aprendizagem da criança em sala de aula.

Ao avaliar a criança da Educação Infantil, os professores devem conhecê-la, de tal modo identificando seus conhecimentos prévios, a fim de proporcionar situações para ampliar seus saberes e contribuir para o seu aprendizado. De acordo com Micarello (2010, p. 01):

[...] a avaliação cumpre o importante papel de oferecer elementos para que os professores conheçam melhor as crianças com as quais trabalham, suas características pessoais e grupais, suas emoções, reações, desejos, interesses e modos pelos quais vão se apropriando da cultura na qual estão inseridas, transformando-a (MICARELLO

Um dos instrumentos avaliativos utilizado pelos professores da Educação Infantil são os registros, os quais indicam, por meio de descrição, o que as crianças estão aprendendo no decorrer das aulas, além de conhecê-las melhor por meio de um olhar curioso e cuidadoso. O planejamento é um instrumento essencial nesse processo avaliativo, pois, segundo Micarello (2010), os professores estabelecem as atividades pedagógicas e os objetivos a serem executados em sala de aula, possibilitando o acompanhamento e a aprendizagem da criança. Sendo assim, por intermédio dele, os professores conseguem também avaliar as suas práticas pedagógicas a partir dos resultados em cada atividade realizada.

Desta forma, os professores que analisam e refletem criticamente suas práticas pedagógicas contribuem para que seus planejamentos futuros sejam desenvolvidos com êxito. Compartilhar experiências com outros professores é uma maneira de todos se ajudarem e construírem aprendizagens significativas.

Contudo, a avaliação que o docente utiliza em sala de aula não necessita somente se orientar pelos objetivos das atividades planejadas, mas também pelo cotidiano das crianças em diferentes momentos. Micarello (2010) argumenta que:

[...] o olhar observador do adulto deve estar presente em todos os momentos do cotidiano das crianças na instituição: nas brincadeiras livres ou dirigidas, nos momentos de interação entre as crianças sem a participação dos adultos e nas interações das crianças com os adultos, com a natureza, com os objetos do mundo físico e com os objetos de conhecimento (MICARELLO, 2010 p.03).



De acordo com essa ideia, os professores devem ter um olhar atento, observando integralmente os avanços que a criança alcança no decorrer das aulas. Hoffman (2012) defende que a avaliação na Educação Infantil é “um conjunto de procedimentos didáticos que se estendem por um longo tempo e em vários espaços escolares, de caráter processual e visando, sempre, a melhoria do objeto avaliado” (HOFFMANN, 2012, p.13).

Dessa forma, não se deve classificar as crianças em qualquer situação de aprendizagem, tendo em vista que cada criança tem seu tempo de aprender e se desenvolver, conforme as suas particularidades. Por isso, é relevante que professores tenham cuidado ético e profissional em sua ação pedagógica.

Importante colocar que, para registrar o processo de aprendizagem da criança na Educação Infantil, Micarello (2010) aponta diferentes instrumentos avaliativos utilizados pelos professores, sendo eles: “portfólio individual, portfólio coletivo e o relatório descritivo”.

Segundo a autora, os portfólios individuais são construídos com base nas atividades que a criança desenvolveu durante as aulas, sendo utilizados como registros e para acompanhar as suas produções. Conseqüentemente, podem ser encontrados no portfólio alguns registros elaborados pelo próprio professor, contribuindo para que esse documento se torne ainda mais significativo.

Já, os portfólios coletivos são instrumentos que agrupam todos os trabalhos realizados pelas crianças durante o semestre, sendo registradas as atividades por meio de fotos. Esses trabalhos são organizados pelo professor. Para tornar esse documento mais interessante, a professor pode proporcionar momentos para que todos possam contribuir de maneira coletiva em sua construção. Sobre esse portfólio, Micarello (2010, p. 07) registra que “Os portfólios são também um importante instrumento a ser compartilhado com as famílias, pois possibilitam uma visão de conjunto das produções da criança e dos processos vivenciados por ela”.

O relatório descritivo, também conhecido como “parecer descritivo”, é um documento em que o professor, por meio de seu olhar observador e curioso, relata as ações e posturas apresentadas pela criança em sala de aula. Sendo assim, esse documento proporciona momentos significativos que poderão contribuir para o desenvolvimento integral das crianças (MICARELLO, 2010).

Portanto, os instrumentos avaliativos utilizados na Educação Infantil auxiliam os professores a identificar os avanços na aprendizagem da criança, realizando mediações necessárias para ampliar o seu desenvolvimento.

## 2.2 O PAPEL DOS GESTORES NA AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

O gestor das instituições de Educação Infantil deve ter papel ativo, democrático e participativo, garantindo que estejam aptos para o seu funcionamento, como também para o ensino e a aprendizagem. Desse modo, podemos ressaltar que:

Uma equipe é um grupo de pessoas que trabalha junto, de forma colaborativa e solidária, visando à formação e a aprendizagem dos alunos. Do ponto de vista organizacional, é uma modalidade de gestão que, por meio da distribuição de responsabilidades, da cooperação, do diálogo, do compartilhamento de atitudes e modos de agir, favorece a convivência, possibilita encarar as mudanças necessárias, rompe com as práticas individualistas e leva a produzir melhores resultados de aprendizagem dos alunos (LIBÂNEO, 2008, p. 103).

Nesse sentido, o gestor possui também a função de coordenar e executar a elaboração do PPP junto à comunidade escolar, de forma democrática e participativa, conforme o que diz a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96. No entanto, para exercer essa função, o gestor proporciona momentos para que a comunidade escolar, os alunos, os funcionários, os professores, a família possam decidir coletivamente as diretrizes, as metas e as ações para o funcionamento da instituição. Libâneo argumenta que “O projeto é um documento que propõe uma direção política e pedagógica para o trabalho escolar, fórmula metas, prevê as ações, institui procedimentos e instrumentos de ação” (LIBÂNEO, 2005, p.345).

Desse modo, é importante salientar que o PPP também faz a opção teórica metodológica que irá orientar as práticas pedagógicas da instituição. Nesse quesito, devem constar no documento a concepção de ensino-aprendizagem e a avaliação, - objeto deste trabalho de pesquisa. Assim, o PPP é considerado um instrumento fundamental na elaboração dos projetos pedagógicos de sala de aula, pois nele é estabelecido um “trajeto” com objetivos para que os professores planejem suas aulas, de acordo com a filosofia da instituição, a

concepção de aprendizagem e a avaliação. Portanto, faz parte da função do gestor orientar o processo pedagógico das instituições, pois, ao assumir essa função, deve contribuir para formar um cidadão crítico e participativo, preocupando-se com a aprendizagem de todos. Segundo Buss (2008 apud Alves, 2017), a gestão democrática na instituição se organiza por meio de três eixos: a gestão pedagógica, a administrativa e os recursos humanos. Nesse estudo, vamos nos ater ao eixo da gestão pedagógica, visto que estamos discutindo sobre a avaliação na Educação Infantil.

Para Buss (2008, apud Alves, 2017), a gestão pedagógica constitui-se em “cuidar” do processo de aprendizagem das crianças. Nesse sentido, esse aspecto é o mais significativo para a gestão, pois nela são estabelecidos os objetivos para o ensino e a aprendizagem. Desse modo, também são mencionadas a postura do professor em sala de aula e as metas a serem atingidas. Portanto, a avaliação da aprendizagem é um dos aspectos que devem fazer parte do papel do gestor. A ele cabe orientar e refletir com o professor sobre o caminho percorrido por cada criança em sua aprendizagem, considerando seus avanços e suas particularidades.

O papel do gestor na orientação pedagógica é oportunizar momentos de trocas de saberes entre os professores, promovendo encontros onde todos possam contribuir com suas ideias para a melhor aprendizagem das crianças. Consequentemente, os professores devem articular seus projetos pedagógicos de sala de aula ao PPP da instituição.

Na Educação Infantil, o gestor tem o papel de analisar como o aprendizado está sendo realizado em sala de aula, orientando os professores no processo de avaliação da criança, bem como sobre os instrumentos mais adequados. Faria e Besseler (2014), argumentam que:

[...] a avaliação deve ser um processo contínuo e de caráter formativo, que deve partir do professor, orientado pela equipe gestora da instituição, e contemplar aspectos que lhe permitam conhecer profundamente seus alunos e a si mesmo, contribuindo para a revisão de suas práticas pedagógicas e, consequentemente, para a melhoria da qualidade de ensino no âmbito da Educação Infantil (FARIA; BESSELER, 2014, p. 164).

Faz necessário que o gestor esteja presente no processo avaliativo, auxiliando os professores a refletir sobre sua postura pedagógica ao avaliar a criança, no sentido de verificar se a aprendizagem está ocorrendo de forma satisfatória.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

O gestor é o reflexo de cada instituição; deve ser como um mediador e um líder no âmbito educacional; tem o compromisso de dedicar-se ao bem-estar das crianças e, conseqüentemente, às suas aprendizagens. O ensino e a aprendizagem que as crianças estão recebendo dentro da instituição são exibidos em suas ações cotidianas, como também encontrados em suas avaliações. Desse modo, o processo de ensino e aprendizagem reflete o perfil da instituição.

Ainda, o gestor deve acompanhar como está ocorrendo a avaliação na Educação Infantil, analisando a postura e os conhecimentos dos professores no momento de avaliar, identificando suas fragilidades e intervindo com reflexões, as quais possam ampliar sua visão e sua forma de compreender esse processo.

Dessa forma, o gestor que auxilia os professores a refletir sobre suas práticas pedagógicas, auxilia também na sua autoavaliação, contribuindo, ainda, para sua formação docente. A partir das fragilidades encontradas nesse instrumento avaliativo, os professores podem refletir sobre a sua prática pedagógica. Comarella argumenta que:

[...] a tarefa do gestor não é simples, pois ele é o docente observador com visão de mediar à aprendizagem tornando-a mais significativa para que se possam alcançar objetivos de formação contínua, sempre idealizando sonhos para que a escola cresça de forma a visar o desenvolvimento do sujeito aprendiz. (COMARELLA, No Prelo, p.09).

Com base nisso, analisar os conhecimentos que os professores possuem é fundamental no processo avaliativo, pois é a partir dessa análise que os professores se fundamentam para avaliar as crianças. Sendo assim, o gestor da instituição, diante desse processo, segundo Comarella (No Prelo, p.09), “[...] assume um papel em observar, analisar, diferenciar as necessidades e sobre tudo isso trabalhar a avaliação de forma que venha construir e agregar saberes durante o processo [...]”. Isto posto, uma gestão pedagógica democrática oportuniza momentos em que os professores possam ampliar seus conhecimentos. Dessa forma, o gestor pode elaborar um projeto para formação continuada desses profissionais, promovendo o diálogo e discutindo diferentes situações com as quais o professor se depara ao avaliar as crianças na Educação Infantil.

As argumentações antecedentes de Comarella (No Prelo) apontam que o gestor, ao se deparar com algum equívoco no decorrer do processo avaliativo, precisa reorientar a prática dos professores, isto é, analisar quais questões ainda poderão ser melhoradas para ocorrer uma avaliação de qualidade. Podemos dizer que, a partir do momento em que os professores avaliam a criança da Educação Infantil, eles, muitas vezes, não percebem, mas podem estar se autoavaliando. Isso ocorre no cotidiano da turma, mas também pelos resultados das atividades, a partir das quais as crianças podem apresentar diferentes aspectos que levam a essa autoavaliação.

Em face do exposto, reiteramos a importância do papel do gestor como mediador do processo avaliativo, visto que essa é uma tarefa complexa e que necessita de estudo e formação constante.

### 3 METODOLOGIA, APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DE DADOS

Para realização deste trabalho, estabeleceu-se como processo metodológico a pesquisa de campo em duas instituições da Educação Infantil, sendo elas privada e pública, ambas localizadas no município de Criciúma – SC. Para atender a esse propósito, foi utilizada a abordagem qualitativa, a partir da qual se realizou a análise dos resultados encontrados no decorrer da investigação, compreendendo-os de acordo com as suas particularidades. Segundo Praça (2015, p. 81), “os métodos qualitativos descrevem entre o objeto e os resultados que não podem ser interpretados através de números, nomeando-se como uma pesquisa descritiva.”

Desse modo, os dados coletados foram estruturados de maneira descritiva, com intuito de refletir sobre as respostas dos pesquisados. Os instrumentos de investigação utilizados na coleta dos dados foram a entrevista semiestruturada e a análise do PPP. A pesquisadora utilizou na entrevista um roteiro de perguntas sobre o **seu objeto** (destaque da autora) de estudo. Dessa forma, a elaboração dos resultados da pesquisa semiestruturada, para Duarte (2004, p. 10), são “[...] organizados em torno de categorias ou eixos temáticos, e do cruzamento desse material com as referências teórico/conceituais que orientam o olhar desse pesquisador.”

Ademais, foi uma pesquisa básica, embora tenha gerado uma maior profundidade no assunto, cujo intuito era o de agregar novos conhecimentos sobre o objeto de estudo. Os sujeitos pesquisados foram 02 (duas) gestoras da Educação Infantil, uma da instituição pública e outra da instituição privada. A escolha das instituições ocorreu por meio do interesse da pesquisadora em explorar o ponto de vista de cada gestora sobre a avaliação na Educação Infantil em diferentes redes de ensino. Então, a pesquisadora analisou os conhecimentos das gestoras acerca da avaliação, e da análise do PPP das instituições para compreender a concepção da avaliação proposta no documento.

As instituições pesquisadas serão identificadas como IA e IB. Para melhor contextualização das informações básicas das instituições, apresenta-se o quadro abaixo:

Quadro 1 – Análise de compreensão das instituições de ensino sobre a concepção de avaliação no PPP

	Rede de Ensino	Nº de crianças	Nº de professoras	Formação do gestor	Tempo de atuação
<b>IA</b>	Privada	102	12	Psicologia / Especializada em Educação Infantil	35 anos
<b>IB</b>	Pública	110	14	Pedagogia / Especializada em Educação Especial	9 anos

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa.

Como visto no quadro apresentado, as duas instituições apresentam semelhanças em relação ao número de crianças e professoras atuantes. As gestoras possuem formações diferentes, bem como o tempo de atuação na gestão.

Sobre a análise do PPP (2019), a **IA** diz que a avaliação é realizada num processo contínuo, envolvendo a observação diária da professora sobre a criança. Essa observação ocorre geralmente nas atividades planejadas pelo professor, sendo que, por meio dos projetos propostos, as crianças deverão ser avaliadas tanto individualmente quanto na interação com os colegas. Ainda, de acordo com o PPP (2019), a professora deverá observar, de forma coletiva e individual, as aprendizagens já adquiridas no decorrer das aulas e quais ainda deverão ser trabalhadas para alcançar os objetivos estabelecidos.

Também de acordo com o PPP, para avaliar, as professoras devem fazer o uso do registro descritivo de cada criança individualmente e na interação com a turma. Esses registros são posteriormente entregues aos pais/responsáveis. Além do registro, são entregues aos pais e aos responsáveis as atividades que desenvolvidas pelas crianças, com base no projeto pedagógico trabalhado em sala de aula.

O PPP (2019) ainda acrescenta que a gestora deve-se fazer presente no processo avaliativo, lendo e discutindo com as professoras sobre cada avaliação “[...] conversando com os pais das crianças que necessitam de maiores atenções e encaminhamentos.” (PPP, 2019, s/p).

A **IB**, segundo seu PPP (2019), caracteriza a avaliação como um instrumento fundamental para analisar o desenvolvimento integral da criança. Dessa forma, a professora deve acompanhar o desenvolvimento e as aprendizagens por meio do registro, que, posteriormente, será utilizado para elaborar um relatório descrevendo as ações das crianças a partir dos objetivos propostos nas atividades pedagógicas. Esse registro deverá ser entregue semestralmente para os pais e responsáveis.

A análise dos PPP revelou que as instituições possuem semelhança ao registrar que as crianças deverão ser avaliadas em um processo contínuo, por meio da observação e do registro. Portanto, as duas instituições estão de acordo com as orientações dos PCN da Educação Infantil (1998) e as Diretrizes Curriculares da Educação infantil (2010) no que se refere à avaliação na Educação Infantil.

O registro avaliativo mencionado nos dois documentos das instituições é realizado de acordo com os objetivos do projeto pedagógico e das ações da criança. Para Micarello (2010), a professora deve ter seu olhar investigador e curioso em todas as ações da criança, sendo situações planejadas ou não. Sendo assim, a professora deve avaliar a criança em diferentes momentos, sendo nas brincadeiras espontâneas, na interação com as demais crianças e noutros.

Após a apresentação da avaliação constante nos PPP, passa-se para a análise de dados, organizada por categorias, das respostas das gestoras. Sendo assim, serão identificadas como: **GA** (Gestora da IA) e **GB** (Gestora da IB).

## 3.1 A IMPORTÂNCIA DA AVALIAÇÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL E COMO ELA É REALIZADA NA INSTITUIÇÃO

A gestora A relata que considera fundamental a avaliação, pois nessa faixa etária ocorre um amplo desenvolvimento. Com isso, a professora deve estar muito atenta, visto que, nesse momento, é importante que a criança receba estímulos de acordo com a sua faixa etária. A avaliação ocorre por meio da observação e do registro da criança. Durante a entrevista, a gestora comentou: “[...] eu peço para as meninas, se tem alguma coisa que está atrasada na criança, a gente tem que primeiro de tudo, tentar trabalhar com o nível certo, mas se não tiver atingindo tal objetivo deve estar escrito no decorrer da avaliação.” Sendo assim, a gestora relata que tudo deve aparecer no parecer descritivo, tanto as fragilidades como as conquistas da criança.

A gestora B aponta que é essencial para os pais/responsáveis analisar como está o comportamento da criança na instituição, pois, muitas vezes, os pais percebem a diferença em determinadas situações. Dessa forma, a avaliação é feita diariamente, registrando nos cadernos que a professora tem para esse fim, sendo apresentados ali alguns critérios nos quais elas se baseiam, assinalando, numa tabela, individualmente, se a criança atingiu ou não aquilo que se observa. Exemplo:

Quadro 2 - Critérios de avaliação

<b>Critérios</b>	<b>Sim</b>	<b>Não</b>
A criança consegue dividir os brinquedos.	<b>X</b>	
Brinca com as outras crianças.		<b>X</b>
Atende quando a professora chama seu nome.	<b>X</b>	

Fonte: Dados obtidos pela pesquisa.

Portanto, a partir desses critérios propostos, as professoras avaliam as crianças e elaboram os registros. No decorrer da análise, as gestoras relataram que a avaliação na Educação Infantil é essencial, porém as duas possuem princípios diferentes, pois a GA direciona a avaliação para o nível de desenvolvimento da criança, já a GB direciona para o critério comportamental indicado em uma tabela.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC



Com base na análise das respostas, as duas gestoras estão de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação infantil (2010), visto que as duas instituições, em sua prática pedagógica, utilizam-se da observação e do registro em seus processos avaliativos.

No entanto, chama-se a atenção para quando a GA comenta: “se a criança estiver atrasada”. De acordo com esse pensamento, podemos dizer que cada criança tem seu tempo de desenvolvimento e está em constante aprendizados e não podendo as mesmas serem classificadas em “atrasadas”. Embora as teorias apresentem um padrão desejável de aprendizagem e de desenvolvimento, cada criança é singular e tem seu tempo de aprender. Esse tempo de aprender depende das interações que a criança estabelece no seu meio social.

Outro ponto que deve ser ressaltado nesta pesquisa é quando a GB menciona os comportamentos das crianças a partir da Tabela 1, visto que, aparentemente, categoriza-se pelo “SIM” e pelo “NÃO”. Dessa forma, evidencia-se a importância da professora e do gestor em analisar que a criança está em processo de aprendizado, não categorizando-a, mas sim mencionando o caminho vivido por ela ao longo do processo.

Nesse sentido, o gestor, como o mediador do processo avaliativo, junto às professoras, deve informar sobre o PPP e os instrumentos avaliativos que a instituição utiliza e sobre a forma de realizar a observação e os registros de acordo com as Diretrizes Curriculares da Educação Infantil. Essa mediação se faz necessária para qualificar o processo de ensino e aprendizagem da instituição e direcionar a professora na realização de uma avaliação adequada.

### 3.2 INSTRUMENTOS E PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS

A GA menciona o parecer descritivo e que sua construção é feita por meio dos indicadores de aprendizagem, ou melhor, um quadro de verificação do desenvolvimento da criança, de acordo com a sua faixa etária. Outro instrumento é a observação constante da professora.

A GB aponta que “[...] o instrumento avaliativo é o parecer descritivo, sendo elaborados através dos registros e os questionários”. Os questionários mencionados pela gestora referem-se à tabela 01, que indica se a criança atingiu ou não os objetivos propostos.

Os relatos das gestoras mencionam como instrumento avaliativo o parecer descritivo. Micarello (2010) aponta que esse é um dos instrumentos mais utilizados na Educação Infantil, pois, a partir dele, a professora descreve as ações da criança e acompanha suas aprendizagens.

A partir dos registros avaliativos na Educação Infantil, a professora reconhece as aprendizagens que a criança foi capaz de alcançar em determinado objetivo e quais ela ainda pode atingir. Dessa maneira, o gestor deve ter um bom conhecimento sobre a avaliação e seus instrumentos, pois é ele que irá orientar as professoras nesse processo.

### 3.3 ORIENTAÇÕES AOS PROFESSORES SOBRE OS PROCEDIMENTOS AVALIATIVOS

A GA relata que as professoras recebem um roteiro com ideias as quais elas podem descrever no decorrer da avaliação. Por exemplo: como a criança se alimenta, como ela brinca, como está sua fala, como ela se relaciona com os outros colegas, dentre outros. Aponta: “Eu faço questão de rever todas as avaliações no final [...], eu gosto de ver como a criança está, analisar o que está acontecendo com cada uma delas”.

Também orienta as professoras sobre como descrever as fragilidades da criança, propiciando auxílio na escrita. No decorrer da entrevista, a gestora argumentou que é necessário sempre falar a verdade na avaliação da criança, porém, deve-se utilizar palavras sutis ao descrever alguma fragilidade.

A GB sentiu dificuldade ao responder essa pergunta, pedindo ajuda para sua secretaria. Relembrou que as professoras: “[...] possuem as capacitações com as coordenadoras, orientadoras e formação pedagógica todo mês [...]”.

A GA também mencionou que as professoras, para contribuir com seus registros, utilizam-se de indicadores de aprendizagem, apresentados em um quadro. Esse quadro se assemelha à Tabela 1 colocada pela GB.

Percebe-se que a GA se faz presente no processo avaliativo, auxiliando as professoras em suas necessidades. Segundo Buss (2008, apud Alves, 2017), o gestor deve orientar e refletir com a professora sobre a aprendizagem da criança, considerando suas

especificidades. De fato, isso é uma questão muito importante, pois o gestor deve acompanhar o processo de aprendizagem e de avaliação, isto é, como está ocorrendo o desenvolvimento da criança, contribuindo para que ela tenha uma educação de qualidade.

Durante a entrevista com a GB, observou-se que ela não se sentiu confortável ao responder essa pergunta, pois solicitou que outra pessoa a ajudasse, respondendo de forma simples e curta. Sobre isso, podemos dizer que o gestor deve estar atento ao funcionamento da instituição, principalmente sobre o processo de ensino e aprendizagem da criança, pois a qualidade da aprendizagem reflete a instituição.

### 3.4 DESAFIOS ENCONTRADOS NO PROCESSO AVALIATIVO E SUAS SUPERAÇÕES

A GA relatou que a sua maior dificuldade é a rotatividade das professoras. Sente dificuldade em orientar as novas docentes sobre como funciona a instituição, como a avaliação é realizada e como o ensino é “cobrado”. Segundo ela: “[...] as vezes quando você está com uma profissional, ela já aprendeu a fazer uma boa avaliação, ela é chamada para outra escola e começa outra pessoa”. Isso ocorre porque, segundo a gestora, o mercado de trabalho está sempre oferecendo novas propostas.

A GB relata que nem sempre as professoras podem falar verdadeiramente as dificuldades da criança na avaliação. Segundo ela, “[...] muitas vezes o pai não entende. Eu acredito que a maior dificuldade é essa, de não ser sincera na avaliação, pois nós não podemos registrar os pontos negativos da criança”. Nesse sentido, a gestora sugere trocar as palavras negativas quando se faz o registro, usando mais sutileza para descrever as dificuldades.

As gestoras apresentam diferenças em suas respostas. A GA menciona a rotatividade das professoras, já a GB aponta dificuldades na construção do registro, afirmando que “não se pode falar a verdade sobre as dificuldades da criança”.

Percebe-se que a GA estava preocupada com a rotatividade das professoras, sendo este o seu principal desafio. A partir dessa afirmação, evidenciamos que o papel do gestor é fundamental, pois é ele que assessora as professoras no processo de ensino-aprendizagem e avaliação da instituição. Portanto, a troca de professoras, que ocorre frequentemente dentro da instituição, não deve interferir no processo de aprendizagem e de avaliação da criança.

Já, a GB enfatiza como desafio a elaboração do registro avaliativo e sua entrega para os pais e responsáveis pela criança. Sobre isso, é importante colocar que as professoras devem mencionar as fragilidades da criança no registro. Contudo, deve manter sua postura profissional e ética/pedagógica ao descrever o documento avaliativo. O gestor, nesse processo de construção, deve propor momentos em que as professoras consigam debater situações ou dúvidas, buscando cada vez mais conhecimentos sobre o assunto.

Nesse sentido, Comarella (No prelo) argumenta que uma das funções do gestor é mediar as aprendizagens das professoras em sala de aula. Essa mediação, que a autora defende, são aqueles momentos em que ocorrem trocas de conhecimento entre o gestor e as professoras, podendo, a partir daí, surgirem propostas de formação continuada.

De acordo com as reflexões vistas até aqui, apontamos que a compreensão pelas gestoras e professoras sobre o processo avaliativo na Educação Infantil é muito importante para a aprendizagem. Assim como evidenciamos a relação que a instituição deve estabelecer com a família, buscando criar uma parceria, para que os pais possam compreender o funcionamento do processo ensino-aprendizagem e como a avaliação ocorre dentro da instituição, sendo que é papel dos pais e responsáveis acompanhar as atividades desenvolvidas pelas crianças. Dessa maneira, as gestoras necessitam também de se preocupar com o que a família irá pensar sobre as fragilidades apresentadas no decorrer do parecer descritivo da criança.

Vale refletir sobre como o registro está sendo elaborado na instituição, pois, muitas vezes, a professora acaba rotulando a criança, dando enfoque apenas às suas fragilidades e deixando de lado todo o seu processo de aprendizagem. Dessa forma, é de extrema responsabilidade que a professora elabore o registro da criança apresentando, de fato, todo seu processo de aprendizagem, juntamente com as ações que já realiza sozinha e aquelas que ainda precisa de auxílio.

## 4 CONCLUSÃO

A pesquisa buscou analisar os desafios que as gestoras encontram ao orientar as professoras nos processos avaliativos da Educação Infantil em instituições pública e privada.

Saberes Pedagógicos, Criciúma, v. 4, nº3, setembro/dezembro 2020.– Curso de Pedagogia– UNESC

Os relatos das gestoras revelaram a importância da avaliação na Educação Infantil, entendida por elas como suporte para compreensão do processo de desenvolvimento e de aprendizagem da criança. Ademais, apontaram o parecer descrito como o instrumento avaliativo utilizado na instituição e, para sua construção, as professoras se utilizam da observação e do registro. Outra questão evidenciada refere-se à utilização pelas gestoras de uma tabela de critérios avaliativos para orientação das professoras.

Em relação aos desafios enfrentados, a gestora da instituição privada indicou sua dificuldade em repassar constantemente os procedimentos avaliativos para as professoras, visto que possui bastante rotatividade, diferente da gestora da instituição pública, que aponta a dificuldade na orientação da escrita do registro avaliativo. Percebeu-se que a maneira de relatar as fragilidades da criança no parecer descritivo é um dos grandes desafios da avaliação na Educação Infantil, tanto na instituição pública como na privada. Assim sendo, as gestoras temem que os pais e responsáveis fiquem preocupados com o desempenho da criança quando são identificadas no parecer descritivo as fragilidades, contudo, é importante salientar tanto as capacidades como as fragilidades, com o compromisso de não rotular a criança. Assim, o professor deve saber descrever fragilidades, juntamente com aquelas ações que a criança já realiza sozinha e as que precisa do auxílio da professora.

Desse modo, o gestor, orientado pelo PPP, deve auxiliar os professores no processo de ensino e aprendizagem, bem como na avaliação. Essa orientação, realizada pelo gestor, pode ser proposta em formações continuadas, em grupos de estudo, em reuniões pedagógicas, em espaços onde se deve promover a reflexão sobre suas práticas pedagógicas.

Neste sentido, entende-se que o gestor, ao assumir a responsabilidade de sua função, deve adotar postura ética, essencial ao funcionamento da instituição, principalmente nas orientações pedagógica às professoras, pois a atuação das professoras em sala de aula revela a qualidade de aprendizagem da instituição e materializa o seu PPP.

## REFERÊNCIAS

ALVES, Daiane de Lourdes. Gestão escolar: concepções, processos democráticos e participativa na escola. **Farol**, Rolim de Moura, v. 5, n. 5, p.1-18, set. 2017. Disponível em: <http://revistafarol.com.br/index.php/farol/article/view/67/91>. Acesso em: 23 ago. 2019.

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.**

Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Ministério da educação. Secretaria de educação básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: <https://ndi.ufsc.br/files/2012/02/Diretrizes-Curriculares-para-a-E-I.pdf>. Acesso em: 17 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil.** Brasília: MEC/SEB 1998. Disponível em: [portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei\\_vol1.pdf](portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf). Acesso em: 17 out. 2019. Disponível em:

COMARELLA, Gilvana Federle. **Desafios do gestor escolar na avaliação da educação infantil.** No Prelo. Disponível em: <https://rd.uffs.edu.br/bitstream/prefix/2066/1/COMARELLA.pdf>. Acesso em: 15 set. 2019.

CRICIÚMA (SC). Prefeitura Municipal. Secretaria da Educação. **Diretrizes curriculares da educação infantil da Rede Municipal de Ensino de Criciúma:** a criança como protagonista da aprendizagem. Criciúma, SC: Prefeitura Municipal. Secretaria de Educação, 2016. 240 p.

DUARTE, Rosália. Entrevistas em pesquisas qualitativas. **Educar**, Curitiba, n. 24, p. 213-225, 2004. Editora UFPR. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n24/n24a11.pdf>. Acesso em: 20/09/2019.

FARIA, A. P; BESSELER, L. H. A avaliação na educação infantil: fundamentos, instrumentos e práticas pedagógicas. **Nuances: estudos sobre Educação.** Presidente Prudente: v. 25, n. 3, p. 155- 169, dez. 2014.

HOFFMANN, J. **Avaliação e educação infantil:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J.F de; TOSCHI. **Educação escolar:** política, estrutura e organização. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática**. 5. ed. Goiânia: MF Livros, 2008.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da aprendizagem na educação infantil**. Bahia: Interações, v. 10, n. 32. 2014.

MEDEIROS, C. G.; CRUZ, H. C. A educação infantil e o ranço do assistencialismo. **Cadernos da Escola de Direito e Relações Internacionais da UniBrasil**, Paraná, v. 1, n. 20, p. 7-30, 2014. Disponível em:  
<http://revistas.unibrasil.com.br/cadernosdireito/index.php/direito/article/view/467/442>. Acesso em: 17 out. 2019.

MICARELLO, HILDA. **Avaliação e transições na educação infantil**. Anais do I seminário nacional: currículo em movimento – Perspectivas Atuais, Belo Horizonte, nov. 2010.

PASCHOAL, J. D.; MACHADO, M. C. G. A história da educação infantil no brasil: avanços, retrocessos e desafios dessa modalidade educacional. **Revista Histedbe on-line**. Campinas, nº33, p.78-95, março de 2009. Disponível em:  
[http://histedbr.fae.unicamp.br/revista/edições/33/art.05\\_33pdf](http://histedbr.fae.unicamp.br/revista/edições/33/art.05_33pdf). Acesso em: 08 maio 2019.

PRAÇA, Fabiola Silva Garcia. Metodologia da pesquisa científica: organização estrutural e os desafios para redigir o trabalho de conclusão. **Diálogos Acadêmicos**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 72-87, jul. 2015.